

Apropriações da Nova História na historiografia Uspiana (1985-1994)

THIAGO GRANJA BELIEIRO*

Este texto é uma pequena parte de uma pesquisa de doutoramento em andamento na Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" Unesp/Assis, com o título: *A Nova História no Brasil: Apropriação, Antropologização indireta e Historiografia Acadêmica (1985-1994)*, sob orientação do professor Hélio Rebello Cardoso Jr. A pesquisa tem por objetivo central perceber os processos de apropriação de temas, conceitos e metodologias de pesquisa histórica por parte da historiografia acadêmica brasileira, a partir dos trabalhos da Nova História Francesa. Com isso, aferimos a presença de muitos temas da Nova História que são apropriados pelos historiadores brasileiros, sendo os principais aqueles ligados à História da Família e da Infância, a História do Imaginário e das Mentalidades, a História do Cotidiano, a História Indígena, a História das Festas e a História do Simbólico.

Apontamos que na década de 70, a historiografia brasileira teve um salto quantitativo no que se refere aos lugares de produção historiográfica fazendo com que a década seguinte seja marcada por uma grande diversidade de temas, objetos de pesquisa e referências teóricas que podem ser observadas no diferentes programas de pós-graduação em História do país. Dentre essas referências, aquelas da Nova História ocupam lugar de destaque, tanto no aspecto quantitativo, tanto no aspecto qualitativo. Com isso, ao lado da análise quantitativa da presença dos temas apropriados a partir da Nova História, propomos uma análise qualitativa de teses e dissertações, a afim de perceber como os temas da Nova História foram apropriados e adaptados à realidade histórica brasileira, percebendo ainda a apropriação de conceitos e metodologias de pesquisa.

Em nossa leitura da Nova História, notamos que grande parte dos novos temas, novos objetos e novas abordagens emergem na terceira geração dos Annales a partir do relacionamento teórico desta com a antropologia. Tal relação epistemológica permite aos historiadores franceses a apropriação de objetos de pesquisa antes ligados a antropologia e que passam a fazer parte do repertório historiográfico desses pesquisadores. Para tanto, uma

*Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP/ASSIS, Mestre em História. A pesquisa tem o apoio do CNPq.

nova relação teórica fora estabelecida pelos historiadores dos Annales com o tempo histórico, que passam a trabalhar com uma noção de tempo mais estrutural, um tempo mais afeito à permanências do que às mudanças históricas, um tempo que permite a inserção de objetos de pesquisa sincrônicos na diacrônia, indicando uma antropologização da História.¹ Tal fenômeno, ao estabelecer novas e diferentes relações entre o tempo histórico, notadamente o tempo da longa duração estrutural, insere a Nova História em um novo regime de historicidade (HARTOG, 2013, p. 39) o regime antropológico de historicidade. É o regime antropológico de historicidade que possibilita aos historiadores a pesquisa com objetos oriundos da antropologia dando origem a essa história antropologizada.

Na historiografia brasileira, os processos de apropriação dos temas, conceitos e metodologias de pesquisa da Nova História deram origem a uma antropologização indireta² da História produzida no país, sendo tal fenômeno facilmente observável na pesquisa de teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação brasileiros. Nessa comunicação vamos realizar uma análise da presença quantitativa dos temas da Nova História no programa de pós-graduação em História da Universidade de São Paulo, considerado o mais importante lugar de produção historiográfica do país e centro irradiador da Nova História para outros programas de pós-graduação brasileiros, no período entre 1985 a 1994, realizando a seguir uma análise qualitativa, apontando como os temas da Nova História foram apropriados pelos historiadores da Universidade de São Paulo, indicando a apropriação de conceitos e

¹ É isso que a nosso ver constitui a antropologização da Nova História, ou seja, a criação de uma relação de simultaneidade no não simultâneo, a percepção da diferença e da permanência. Por alguns instantes de seu trabalho, o historiador abole o tempo, e quando o faz comporta-se como os antropólogos, ora etnografando, ora conceitualizando o passado como os etnólogos. Na primeira etapa do seu trabalho, o historiador estabelece a sincronia e, criando uma simultaneidade entre o passado e o presente, ele pode fazer um trabalho de campo, naturalmente realizado com suas fontes ampliadas e massivas. Na etapa seguinte, quando narra o seu objeto, ele o coloca novamente na temporalidade, o reinsere no tempo, o reinsere na diacronia. Esse tempo novo, essa concepção estrutural do tempo é o que permite ao historiador tornar-se um antropólogo do passado. Dessa forma, hipoteticamente, o historiador pode realizar uma história da alteridade, pode emprestar conceitos antropológicos, pode tomar de empréstimo procedimentos etnográficos de pesquisa, e pode principalmente, se apropriar de objetos antes vistos como concernentes exclusivamente aos antropólogos.

² A antropologização indireta ocorre nos processos de apropriação a partir da Nova História. Nossa pesquisa empírica mostra que os historiadores brasileiros não tomaram contato direto com a antropologia na realização de suas pesquisas, mas o fizeram através do contato com a historiografia francesa que manteve intensos contatos teóricos com a antropologia. Daí a antropologização indireta da historiografia brasileira.

metodologias de pesquisa, aferindo ainda a presença do regime antropológico de historicidade presente nessas pesquisas.³

O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo é o mais antigo, mais tradicional e mais importante lugar de produção historiográfica no Brasil. Sua importância para a formação dos quadros que irão ocupar as demais universidades brasileiras é incontestável, não só pela qualidade da formação que essa universidade proporciona, mas também pelo volume de dissertações e teses produzidas pelo Programa. Ao congregarmos em seus quadros não só historiadores franceses, mas também seus discípulos brasileiros, e ainda, ao manter e divulgar ditames teóricos e metodológicos afeitos aos *Annales* da terceira geração, acreditamos ser esse programa o responsável pela irradiação desses modelos historiográficos por outros programas de pós-graduação em História no país.

Em 1994, o programa contava com duas grandes áreas de concentração, que por sua vez congregavam duas linhas de pesquisa, História Econômica e História Social. Notamos a presença nessa última área de linhas de pesquisa ligadas diretamente à terceira geração dos *Annales*. Na linha de pesquisa de História e Cultura, existia a sub-linha de arte, ciências, cultura material, imaginário, linguagens, memória e práticas culturais, sendo a cultura material, imaginário e práticas culturais temas clássicos da Nova História. Na linha de História e Política, percebe-se a presença de sub-linhas também ligadas aos *Annales*, haja vista a presença de orientações voltadas às representações políticas (ideologia, imaginário e símbolo), ou mesmo através dos estudos das práticas discursivas. Na linha de pesquisa dedicada à História das Ideias, aferimos ainda a presença das sub-linhas de História da Família e Relações de Gênero, mais uma vez com forte influência dos *Annales*. (CAPELATO, 1994, p. 298-303). Curioso é que trabalhos sobre Imaginário e Sexualidade tenham sido defendidos dentro da área de concentração de História Econômica.

Com relação à presença quantitativa da Nova História no programa, verifica-se que as pesquisas que realizaram apropriações da Nova História francesa atingiram o percentual de

³ Utilizamos como fonte o catálogo de teses e dissertações em História, organizado por Maria Helena Rolim Capelato, intitulado *Produção Histórica no Brasil 1985-1994*, edificado dentro do projeto Pós-graduação-Anpuh: pesquisa, informação e intercâmbio. O catálogo abrange a produção de todas as dissertações e teses, produzidas em todos os programas de pós-graduação existentes no período e traz informações tais como o título e o resumo do trabalho, seguido de autor e orientador e ano da defesa. (CAPELATO, 1995, p. 64-191).

12% dos trabalhos defendidos no período, perfazendo um total de 49 trabalhos dentro de um universo de 349 pesquisas, ver tabela nº1. Verifica-se uma presença maior dos trabalhos da Nova História nas dissertações em detrimento das teses.

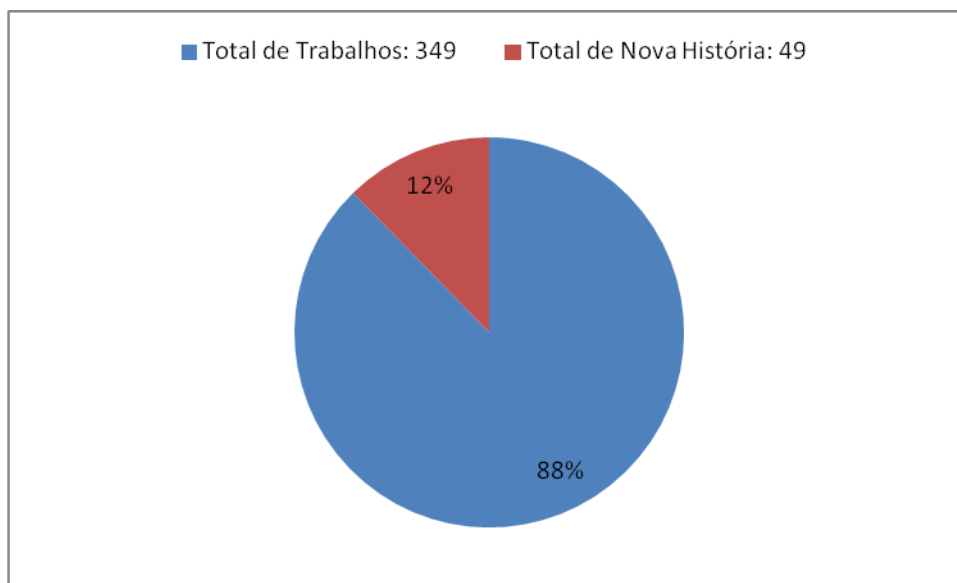


Tabela nº 1. Relação entre o total de trabalhos e o total ligado à Nova História no Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo.

No que diz respeito aos temas da Nova História produzidos na Universidade de São Paulo, notamos a presença maior dos temas ligados à História da Família, dada a existência no âmbito do programa do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina, que capitaneia a produção ligada à História Demográfica e da Família. A seguir, temos a presença dos trabalhos ligados à História das Mentalidades, do Imaginário e da Sexualidade como forte presença, seguido de outros temas, como pode ser visualizado na tabela nº2.

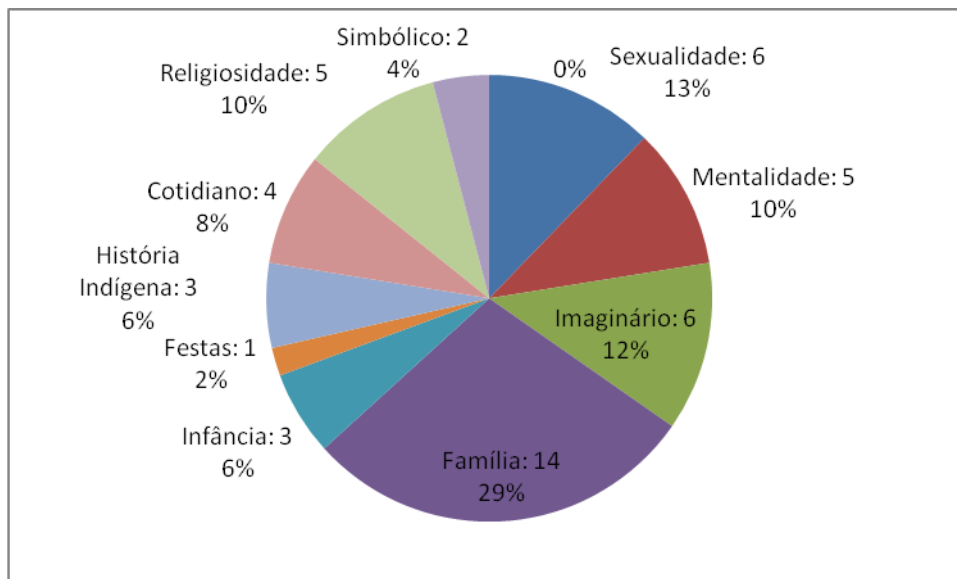


Tabela nº 2. Proporção percentual e numérica de temas da Nova História no Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo.

O programa, dado o volume de trabalhos que produz, contempla praticamente todos os temas da Nova História que elegemos para a pesquisa, desde os clássicos como Mentalidades e Imaginário, até aqueles menos comuns em outros programas tais como a História Indígena, o estudo das Festas e do simbólico na história. Tal fato liga-se, provavelmente, ao próprio volume de trabalhos defendidos no programa, aliado ao perfil plural dos professores orientadores presentes nas atividades de pesquisa em todos os âmbitos do programa.

Os estudos de História da Família, produzidos no programa de pós-graduação da USP, estão, em sua maioria, ligados a pesquisadores do Centro de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL) órgão de pesquisa criado em 1985, constituindo-se como importante espaço de produção de pesquisas ligadas à demografia histórica. Em decorrência dos métodos da Demografia História, baseados em estudos seriais em períodos de média e longa duração, o tema da história da Família emerge como objeto de estudo de historiadores ligados à demografia histórica, que aplicam os métodos dessa área de estudos nos estudos de história da Família, pois ao descortinar séries demográficas é possível aferir dados como aqueles relativos a casamentos, estrutura familiar, número de filhos, divórcios, entre outras questões.

Ao mesmo tempo em que mobilizam metodologias de pesquisa da Demografia História, é presente nesses trabalhos conceitos e abordagens da Nova História Antropologizada. Tema clássico da Antropologia e da Sociologia, mesmo no campo acadêmico brasileiro (SAMARA, 2002, p. 195) nos anos 70, a História da Família consolida-se nos anos 80 a partir das apropriações da terceira geração dos Annales. Os estudos de História da Família, concentram-se, nesse período, segundo Eni de Mesquita Samara em dois caminhos de análise, ou seja, "a realidade 'vvida' presente nas práticas costumeiras das populações e aquela 'pensada' que é articulada a partir da hierarquia social dominante e que transcende a própria organização da família". (SAMARA, 2002, p. 195)

Ao lado da metodologia da Demografia Histórica, é comum nos trabalhos de História da Família produzidos no Departamento de História da USP a ampliação de fontes, tal como preconizado pelos Annales, e nota-se ainda, referências sutis a conceitos e noções antropológicas. Com isso, é comum expressões tais como estrutura familiar, estrutura de parentesco, estrutura funcional, simbologia familiar, entre outros. Nesse caso, embora não possamos, através dos resumos, apontar um contato direto com a antropologia, podemos aferir a presença sutil de tais referências. Algo talvez natural nesse campo, haja vista a origem de tais estudos serem a antropologia e a sociologia.

Identificamos no período entre 1985 a 1994, 14 trabalhos de História da Família (ver tabela nº 2). O tema da História da Família é o que concentra o maior número de trabalhos apropriados a partir da relação com a Nova História, no programa de Pós-graduação da USP. Esse número se explica pela existência no departamento, do CEDHAL, que atrai pesquisadores para essa área de estudos, uma vez que o campo está institucionalmente amparado pela existência do centro. Observamos que a grande maioria dos trabalhos foram orientados por membros com cargos de chefia no CEDHAL, mostrando que a atração por tal tema pode estar ligada a estratégias de busca por espaço no campo acadêmico.

Uma questão relevante, é a forma com que tais trabalhos lidam com a questão da temporalidade histórica. A grande maioria, traz perspectivas de longa e média duração, analisando períodos que abarcam de um a quatro séculos; outros trazem temporalidades de média duração, com um século a duas ou três décadas. Ainda dentro desse aspecto, notamos

que seis trabalhos não trazem uma periodização específica no título do trabalho, dando apenas a indicação de período colonial, e em alguns casos trazendo tais indicações temporais apenas nos resumos, indicando então uma ausência de marcos temporais indicativos de processos de mudança.

O trabalho que gostaríamos de destacar é a tese de doutorado de Alzira Lobo de Arruda Campos, intitulada: *O Casamento e a Família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos* (CAMPOS, 1986) orientada pelo professor Eduardo Oliveira França. Embora traga no título o período colonial como período, a pesquisa na verdade dedica-se a estudar as três primeiras décadas do século XIX, estudando a aclimatação da família no meio paulista, aferindo como a família "desempenhou seu papel de unidade social básica, permitindo que o universo coletivo se projetasse sobre o individual"(CAPELATO, 1995, p. 71). Analisando ainda como a família conferia status ao indivíduo, na medida em que o casamento era então visto como forma de ascensão social. Nesse sentido, a autora mobiliza conceitos antropológicos, pois afirma que "Enquadra conceitualmente a família na estrutura-função que simbolizaria, avaliando-a como sub-sistema da sociedade global. Mostra os comportamentos desviantes das regras sociais e as reações dos grupos sociais"(CAPELATO, 1995, p. 71). Ao nosso ver, a autora mobiliza conceitos durkheimianos, e do estruturalismo e do funcionalismo antropológico. As categorias de tempo presentes no trabalho não indicam a busca por processos de mudança, estando o trabalho mais afeito a uma perspectiva histórica estrutural, ou seja, dentro do regime antropológico de historicidade.

Como desdobramento natural da História da Família, a História da Criança é também realizada pelos historiadores da USP ligados ao CEDHAL. Identificamos três trabalhos com essa temática, que assim como aqueles ligados à História da Família, mobilizam práticas metodológicas da Demografia histórica e mobilizam ainda, conceitos da História das Mentalidades e da História do Cotidiano. Duas dessas pesquisas abordam as crianças negras, a primeira delas tem foco nas crianças escravas e aborda inúmeros aspectos do cotidiano dessas crianças e a outra aborda a criança como componente familiar no período de transição da mão-de-obra escrava para a mão de obra livre.

O terceiro trabalho identificado como pertencente a área de história da Infância, é a dissertação de mestrado de Renato Venâncio Pinto, intitulada: *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro do Século XVIII* (PINTO, 1988) orientado por Maria Luiza Marcílio. Nessa pesquisa, a autora utiliza dados demográficos, do censo de 1799 e dos registros paroquiais de batismo. Através destes e analisando instituições de recolhimento de crianças abandonadas, a autora consegue analisar as formas de integração familiar, a adoção e o batizado, bem como as formas de ingresso na comunidade católica. A história das mentalidades auxilia na compreensão das razões que levavam ao abandono de crianças no Brasil Colonial pois a autora afirma que "Interpreta o abandono a partir das atitudes em relação à criança, levando em consideração as diversas formas de organização familiar no Brasil colonial"(CAPELATO, 1995, p. 91). Desse modo, a pesquisa não só aborda aspectos concernentes à história da Infância no Brasil, como também aqueles ligados à História da Família e das Mentalidades. A investigação é realizada numa temporalidade histórica que abrange todo o século XVIII, não traz no resumo indicativos de processos de mudança histórica, identificando-se com o regime antropológico de historicidade.

A História do Imaginário aparece na segunda posição quantitativa nas pesquisas realizadas na USP a partir das apropriações da Nova História. Com 6 pesquisas, o tema foi trabalhado dedicando-se à realidade histórica brasileira, angolana e europeia. Em duas delas existe a busca pela relação entre a literatura e o imaginário de nação, em outros dois trabalhos observa-se a busca da compreensão do imaginário através de análises que privilegiam fontes literárias, sejam as ficcionais, sejam as crônicas e o último estuda o imaginário da morte.

Dentre as pesquisas dedicadas à realidade histórica brasileira, está a tese de Daisy Bizzocchi de Lacerda, intitulado: *O imaginário e o emocional nos fundamentos históricos paulistas (séculos XVI e XVII)* (LACERDA, 1990) orientado pelo professor José Jobson de Andrade Arruda. A tese dedica-se à "compreensão das representações mentais e ou as imagens guardadas no fundo das consciências" (CAPELATO, 1995, p. 49) dos povoadores da vila de São Paulo. A pesquisa visa ainda mostrar os comportamentos religiosos, os aportes castelhanos, a permanência do Mito do Eldorado, e sobretudo, a formação do imaginário dessa população condicionado aos tempos medievais, mostrando então permanências de atitudes coletivas similares àquelas presentes na Europa Ocidental.

Com um imenso repertório de fontes, a autora reconstrói um discurso que denota um imaginário comum aos moradores da Vila, mostrando que tal imaginário comum está inscrito num processo de longa duração, evidenciado pela assimilação da linguagem senhorial pelas camadas populares, a preservação das ladainhas medievais ligadas à peste e a fome, o uso de expressões ligadas à honra, ao bem nascer e à riqueza, concluindo haver permanências de atitudes coletivas similares ao da Europa Ocidental, que se fazem presentes no imaginário dos moradores da Vila de São Paulo no período considerado.

Notamos nessa pesquisa a antropologização indireta da historiografia brasileira, numa clara adesão ao regime antropológico de historicidade, não só pela evidência do tema, o imaginário e as permanências culturais, às estruturas inconscientes, evidenciadas pelas expressões utilizadas no resumo do trabalho tais como: "imagens mentais guardadas no fundo das consciências"(CAPELATO, 1995, p. 49), mas sobretudo na preferência pelo estudo das permanências em detrimento da mudança histórica, pois "conclui que há permanências de atitudes coletivas similares ao da Europa Ocidental"(CAPELATO, 1995, p. 49), e mais, pela temporalidade em que o trabalho está inscrito, isto é, num período de média duração (período da pesquisa) e longa duração quando se considera as permanências históricas do período medieval.

As pesquisas realizadas em torno da História das Mentalidades é outra faceta da apropriação da nova História presente no programa de pós-graduação da USP. Tais trabalhos, dedicam-se tanto ao Brasil quanto a outras realidades históricas, e muitas vezes, ligam-se a mais de um tema, sendo comum que estejam ligados à história Religiosa, por exemplo, em dois deles predomina a relação entre as mentalidades e as questões religiosas, e num deles, o objetivo é perceber as mentalidades em torno das drogas e de seu uso. Em todos eles a perspectiva de média ou longa duração está presente.

O texto a que chamamos atenção, é a dissertação de mestrado defendida em 1986, sob o título: *Atitudes perante a morte em São Paulo (Séculos XVII-XIX)*. (GUEDES, 1986). O trabalho é de autoria de Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes e contou com a orientação de Nanci Leonzo. Tema clássico da História das Mentalidades francesa, nessa pesquisa a

autora utiliza como fontes testamentos, afim de perceber as atitudes dos paulistanos perante a morte.

Estando inserido numa temporalidade de três séculos, a autora aponta no resumo estar levando em "conta uma perspectiva de 'longa duração' ligada à História das Mentalidades"(CAPELATO, 1995, p. 73). Inscrita na longa duração e preocupada com a mentalidade em torno da morte, o trabalho claramente insere-se nas apropriações da Nova História antropologizada, e adere ao regime antropológico de historicidade, na medida em que preocupa-se com uma questão inscrita na longa duração, privilegiando mais as permanências do que as mudanças.

O tema da história da Sexualidade é outro campo que se abriu na historiografia brasileira a partir das apropriações da Nova História. No programa de pós-graduação da USP encontramos seis trabalhos como pertencentes a essa área de estudos, todos voltados à realidade histórica brasileira. Cinco dessas pesquisas referem-se ao período colonial, e apenas uma ao período republicano, especificamente os anos 60. A perspectiva de análise inscrita na longa duração está presente nas quatro pesquisas que se referem ao período colonial, trazendo temporalidades que vão desde 5 décadas a até três séculos. Em quatro delas a sexualidade é abordada na ótica da moral religiosa, ou seja, buscam através de fontes eclesiásticas entender como se dava as formas de normatização da prática sexual, bem como sua condenação como pecaminosa de acordo com a moral cristã. As outras duas pesquisas diferem um pouco das anteriores, pois na primeira o foco esta voltado para o estudo da normatização social, afetiva e sexual das mulheres interioranas, estudando tais processos a partir da esfera da educação; o último dos trabalhos dedica-se a aferir a moralidade sexual da elite letrada mineira, na segunda metade do século XVIII.

A tese de doutorado de Ronaldo Vainfas, intitulada: *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil* (VAINFAS, 1988) defendida em 1988, sob orientação de Eduardo Oliveira França é trabalho pioneiro na área de História da Sexualidade, alcançando certa notoriedade no campo, já que fora publicado pela primeira vez em 1989, tendo inúmeras reedições. A pesquisa dedica-se a compreender o projeto moralizante implementado pela Igreja Católica da Contra-Reforma, especificamente entre os séculos XVI ao século XVIII, no

que se refere às práticas sexuais, trazendo a análise para o Brasil Colonial através do estudo da atuação da Inquisição no Brasil Colônia, analisando ainda as regras éticas da Igreja e de outras agências de poder ligadas à instituição católica. O estudo de Vainfas confronta a moralidade sexual do cotidiano colonial, estudando as condutas morais e sexuais dos habitantes da colônia, mostrando como a Igreja procurava enquadrar as práticas sexuais transformando os pecados da carne em erros heréticos, "entendendo como os modelos ideais de comportamento definidos entre as normas oficiais e as regras do cotidiano, buscavam aproximar os indivíduos das verdades absolutas da Contra-Reforma".(CAPELATO, 1995, p. 94)

As práticas sexuais e os estudos acerca dessas práticas e dos processos de normatização impostos pela moral religiosa, configuram-se como aspectos da cultura, ou das mentalidades (já que a sexualidade está próxima desse campo) que tendem a mudar muito lentamente, estando afeitos portanto a análises inscritas na longa duração, pertencentes com isso ao regime antropológico de historicidade. A pesquisa, além de contemplar a história da sexualidade, das práticas sexuais, das mentalidades, traz ainda preocupações voltadas à História do cotidiano, pois estuda as "moralidades do nosso cotidiano", "modelos ideais de comportamento definidos entre as normas oficiais e as regras do cotidiano"(CAPELATO, 1995, p. 94). Ora tais indicativos nos fazem pensar o trabalho como típico da antropologização da história, pois além de estar inserido no regime antropológico de historicidade traz objetivos de pesquisa abertos pela antropologização da história, tais como a própria sexualidade e suas práticas, a moral religiosa e os estudos do cotidiano. Contudo, existem preocupações voltadas aos processos históricos inscritos na diacronia, pois a pesquisa objetiva perceber como a inquisição conseguiu transformar delitos da carne em crimes de heresia, denotando aí indicativos de mudança histórica revelado pela presença da palavra transformação. E mais, ao eleger como fontes os processos inquisitoriais, mais uma vez vemos influência da Nova História, que descortinou esse tipo de fonte para os estudos da sexualidade, da prática religiosa e dos estudos do cotidiano.

A história do Cotidiano é mais uma das facetas historiográficas abertas à historiografia brasileira a partir do seu relacionamento com a produção historiográfica do grupo dos Annales. No programa de pós-graduação da Universidade de São Paulo, encontramos no

período em análise, quatro pesquisas ligadas a essa temática. Observamos que as mesmas estão muito próximas da História Social pois trazem o tema do Cotidiano direcionado a pesquisas ligadas à vida do trabalhador urbano e suas condições sociais de sobrevivência, ambos com a mesma orientadora; outro dedica-se ao estudo do cotidiano escravo, dessa vez em Cuiabá, e por fim, o último dos trabalhos analisa como os viajantes europeus do século XIX criaram uma falsa memória acerca do cotidiano das classes populares brasileiras. Todas as pesquisas são teses de doutorado e foram defendidas entre 1985 a 1994.

A história do Cotidiano é uma das vertentes da Nova História que melhor exemplifica a união da perspectiva sincrônica com a diacronia histórica, sobretudo pela consideração de que a esfera do cotidiano é local de manifestação de inúmeras características culturais de uma sociedade e que por isso mesmo estão mais sujeitas às permanências do que propriamente mudanças. Com preocupações de pesquisa originadas no âmbito da antropologia, a História do Cotidiano abarca inúmeras possibilidades ao pesquisador, indo desde formas de habitação, alimentação e vestimenta a aspectos ligados à cultura religiosa, a formas de organização social, de parentesco, aos usos e costumes de um grupo social, às formas de comportamento, aos gestos corriqueiros inscritas na média e na longa duração.

Nesse sentido, os enfoques temporais desse tipo de trabalho muitas vezes estão na longa duração, mas não necessariamente, pois é possível estudar o cotidiano de uma sociedade em período curtos, tais como uma década ou mesmo um único ano, a depender das fontes disponíveis. Nas pesquisas citadas acima, observa-se temporalidades de média duração, com períodos que abrangem de duas a quatro décadas e também um século. Tais características inserem esses trabalhos do regime antropológico de historicidade.

Tomemos como exemplo a tese de Maria Mafalda Balduino de Araújo, intitulada: *Cotidiano e pobreza: impasses da sobrevivência Teresina (1977-1914)* (ARAÚJO, 1994) orientada por Maria Odila Leite da Silva Dias, defendida em 1994. A pesquisa analisa o cotidiano da pobreza em Teresina, na transição do século XIX para o XX, resgatando a origem e causas da pobreza no município, analisando a vida da população pobre, a autora recupera as lutas sociais de homens, mulheres e crianças, numa cidade então considerada pequena e provinciana, onde a elite está dominada por um discurso de ordem e progresso e

que assume uma retórica moral e normativa perante às populações pobres. Elegendo com fontes os discursos de políticos, administradores, poetas e cronistas sobre a mendicância, os loucos, as crianças carentes, os vadios e as prostitutas, a autora recria a vida cotidiana das populações carentes, mostrando com a elite buscava enquadrar a população pobre num padrão moral e em normas de conduta elitistas que conflitavam com os cotidiano dos mais pobres. Nesse procedimento, o trabalho não só recria o cotidiano das populações carentes, como observa o conflito social subjacente a essa condição, que denota um conflito no campo da cultura, conflito esse que se dá entre o cotidiano das populações pobres e o discurso moralizante das elites diante desse cotidiano. As apropriação da Nova História que podem ser apontadas são, em primeiro lugar o tema do cotidiano, com clara adaptação aos interesses da História Social, e sobretudo, à diversidade de fontes consultadas pela autora e o procedimento metodológico adotado, pois através dessas de membros da elite, é possível a reconstrução do cotidiano das classes populares.

A história da religiosidade, isto é, das práticas e concepções religiosas, das mentalidades e do imaginário religioso, numa abordagem mais voltada à cultura do que propriamente às instituições religiosas, é mais uma das áreas abertas à historiografia brasileira a partir das apropriações da Nova História antropologizada. Não só o tema é apropriado e aplicado à realidade histórica brasileira, como conceitos e metodologias de pesquisa são apropriados nos trabalhos defendidos na pós-graduação uspiana. No período considerado, encontramos 4 trabalhos inseridos nessa temática, com três deles voltados à realidade história brasileira, sendo o quarto dedicado à realidade histórica europeia. Os três voltam-se ao período Colonial brasileiro e dois deles trabalham com perspectivas de análise inscritas na longa duração. Além desses fatos, que naturalmente inserem tais trabalhos no regime antropológico de historicidade, a natureza do tema, as práticas e concepções religiosas como manifestações da cultura; no Brasil Colônia, marcadas pela especificidade das trocas, sincretismos e processos de aculturação, reforçam a tese da antropologização indireta de parte da historiografia brasileira.

Uma dessas pesquisas merece atenção especial. A tese de doutoramento de Laura de Mello e Souza, defendida em 1986, com o título: *Sabbats e Calundus: Feitiçaria, práticas mágicas e religiosidade popular no Brasil Colonial* (SOUZA, 1986). A pesquisa contou com

a orientação de Fernando Novaes. Publicado no mesmo ano da defesa sob o título: *O diabo e a terra de santa cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*, o texto obteve ao menos duas reedições. Embora a temática central seja a religiosidade popular, a pesquisa trabalha com os temas do imaginário e das mentalidades religiosas. O trabalho estuda a feitiçaria, as práticas mágicas e a religiosidade popular nos primeiros séculos da colonização portuguesa, em várias regiões da Colônia, desde o Grão-Pará passando por regiões do Nordeste e chegando às províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. A autora utiliza fontes do poder colonial, incluindo da administração portuguesa, e principalmente, processos movidos pelo Santo Ofício contra os colonos, fontes comuns aos trabalhos da Nova História francesa e fartamente utilizados na historiografia brasileira a partir dos processos de apropriação metodológica.

Laura de Mello e Souza nota que as feitiçarias, assim como outras práticas religiosas populares, emergiram no período colonial como resultado de um rico processo de sincretismo, circularidade e cruzamentos culturais, estando então ligadas à própria estrutura da colônia. A autora apropria-se e mobiliza os conceitos de circularidade cultural na abordagem da feitiçaria e da religiosidade popular, pois afirma que: "Verifica que múltiplas tradições culturais desaguarão na feitiçaria e na religiosidade popular, uma complexidade compreendida como o lugar em que se cruzaram e se reelaboraram níveis culturais múltiplos, (...)">(CAPELATO, 1995, p. 79), e o faz tendo a perspectiva da longa duração como reveladora de um processo de sincretização. Descrevendo práticas religiosas diversas, mostrando as circularidades entre os níveis culturais, a pesquisa consegue reconstruir o imaginário religioso da Colônia, evidenciando uma mentalidade religiosa marcada pela presença da feitiçaria, da magia e de suas práticas culturais, criada a partir da presença das inúmeras etnias formadoras da população colonial, notadamente africanos, indígenas e europeus. O quadro estrutural da cultura religiosa é pintado tendo em vista o processo histórico colonial, indicando a união da preocupação diacrônica com a sincrônica, reveladora da antropologização da história.

A história dos povos sem história, área de estudos abertas à História a partir, em primeiro lugar, das mudanças na concepção de fonte histórica e em segundo, na interdisciplinaridade estabelecida entre a História, a antropologia e a arqueologia, é fruto dos desenvolvimentos historiográficos levados cabo pelos Annales e especialmente pela terceira

geração do grupo. O tema no Brasil desenvolve-se em torno da História Indígena, dedicando-se sobretudo aos processos históricos relativos às relações entre indígenas e os colonizadores europeus. No Programa de Pós-graduação em História da Universidade de São Paulo, identificamos três pesquisas voltadas à temática. Um deles será analisado pela sua relação mais próxima com a antropologia, sendo um deles mais voltado ao estudo dos aldeamentos indígenas e tais processos, numa perspectiva mais ligada à história demográfica.

A dissertação de mestrado *O índio Kayowá e a comunidade dos brancos* (WENCESLAU, 1990) de autoria de Marina Evaristo Wenceslau, com a orientação de Victor Deodato da Silva, analisa o processo histórico de ocupação e organização do espaço pelos índios Kaiowás, fixados em reserva indígena no município de Dourados, estado do Mato Grosso do Sul. Na pesquisa, a autora mostra como se deu o confronto cultural entre a cultura indígena e com o "mundo dos brancos". Nesse sentido, o estudo procura compreender como a cultura indígena sofre impactos diretos em seu modo de vida a partir do aldeamento, destacando como a tribo lutou e resistiu para a manutenção de sua cultura num cenário de adversidades, incluindo questões econômicas, de doenças, do crescimento populacional, mostrando enfim, quais as estratégias adotadas pela comunidade indígena para a preservação de sua identidade e cultura. Nesse caso, a presença do trabalho no regime antropológico de historicidade se dá principalmente pelo tema da cultura indígena, com a perspectiva sincrônica, inserida no processo histórico da relação entre indígenas e o "mundo dos brancos" que insere o trabalho na perspectiva diacrônica típica da análise dos processos históricos. Interessante notar que a pesquisa não traz, no título e no resumo, nenhum marco temporal relativo ao momento histórico em que se passa o estudo.

Duas pesquisas foram incluídas como relacionadas às apropriações a partir da Nova História, por utilizarem o conceito de simbólico, que guarda relações bem próximas com a antropologia, qual seja, o estudo do simbólico, que entra na história a partir do relacionamento desta com a antropologia. Nesse sentido, apontamos uma apropriação conceitual, juntamente com a metodologia da interpretação dos símbolos sociais, historicamente edificados.

Chamamos atenção para a tese de doutoramento de Kátia Maria Abud: *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (A construção de um símbolo paulista: o Bandeirante)*,

(ABUD, 1986) orientado por Laima Mesgravis. Com título bastante elucidativo, a pesquisa visa estudar a história da construção do conhecimento sobre as bandeiras paulistas, notadamente aquelas da historiografia paulista, mostrando quais "mecanismos e relações que levaram à constituição do bandeirante como o maior símbolo do homem do estado de São Paulo"(CAPELATO, 1995, p. 74). A autora esclarece quais as relações entre o conhecimento historiográfico e seu desdobramento na sociedade, na medida em que consegue edificar símbolos que enaltecem os bandeirantes e fazem deles os verdadeiros heróis paulistas. O trabalho não traz indicações temporais no título e no resumo, uma vez que encontra-se ligado a uma perspectiva mais ligada à construção de uma cultura simbólica acerca do bandeirante, muito embora isso seja feito tendo em vista o processo histórico da colonização paulista e da constituição de uma historiografia acerca do tema.

Percebemos nesse texto, que a historiografia brasileira passou por um forte processo de apropriação de temas, conceitos e metodologias de pesquisa oriundas da Nova História francesa, com presença marcante no programa de pós-graduação da Universidade de São Paulo. Notamos ainda como esses temas foram trabalhados, quais metodologias de pesquisa foram empregadas, e mais, notamos ainda quais relações esses trabalhos estabeleceram com o tempo histórico. Concluímos que os processos de apropriação que tiveram lugar na historiografia brasileira fizeram com que essa enriquecesse suas formas de abordagem do passado, ampliasse suas noções de fonte histórica e produzisse um conhecimento mais plural e diverso acerca da História do Brasil.

Bibliografia:

ABUD, Kátia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (A construção de um símbolo paulista: o Bandeirante)**. Tese. (História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986. Orientador: Laima Mesgravis.

ARAÚJO, MARIA Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e Pobreza: impasses da sobrevivência em Teresina. 1877-1914.**

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. **O Casamento e a Família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos.** Tese. (História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986. Orientador: Eduardo Oliveira França.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Produção Histórica no Brasil 1985-1994**. Catálogo de dissertações e teses dos programas de pós-graduação em História. São Paulo, CNPq/História USP -ANPUH, 1995.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Perfil dos Programas de Pós-Graduação em História do País. **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA**. São Paulo, Vol 14, nº 28, 271-303, 1994. p. 298-303.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. **Atitudes perante a morte em São Paulo (Séculos XVII-XIX)**. Dissertação. (História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986. Orientador: Nanci Leonzo.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. São Paulo: Autêntica, 2013.

LACERDA, Daisy Bizzocchi de. **O imaginário e o emocional nos fundamentos históricos paulistas (séculos XVI e XVII)**. Tese (História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. Orientador: José Jobson de Andrade Arruda.

PINTO, Renato Venâncio. **Infância sem destino**: o abandono de crianças no Rio de Janeiro do Século XVIII. Dissertação. (História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. Orientador: Maria Luiza Marcílio.

SAMARA, Eni de Mesquita. A História da Família. In: SAMARA, Eni de Mesquita. (org.) **Historiografia Brasileira em Debate**: Olhares, recortes e tendências. São Paulo, Humanitas FFLCH/USP, 2002.

SOUZA, Laura de Mello. **Sabbats e Calundus**: Feitiçaria, práticas mágicas e religiosidade popular no Brasil Colonial. Tese. (História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986. Orientador: Fernando Antonio Novaes.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Tese. (História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. Orientador: Eduardo Oliveira França.

WENCESLAU, Marina Evaristo. **O índio Kaiowá e a comunidade dos brancos**. Dissertação. (História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. Orientador: Vitor Deodato da Silva.